



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
**Presidente da Comissão de Educação,
Ciência e Cultura**
Palácio de S. Bento

Lisboa, 12 de junho de 2014

Assunto: Requerimento para audição do Sr. Ministro da Educação e Ciência sobre Educação Especial; rede escolar e oferta formativa para o próximo ano letivo 2014/2015

O Governo PSD/CDS criou um Grupo de Trabalho visando o estudo da revisão da legislação sobre Educação Especial, tendo ontem apresentado o respetivo Relatório.

Face ao conteúdo anunciado, o PCP tem preocupações profundas relativamente aos impactos que pode gerar na garantia dos direitos fundamentais de todas as crianças e jovens e nas condições materiais e humanas da Escola Pública para os concretizar.

Estas propostas acentuam um caminho de negação de apoios a muitas crianças e jovens com necessidades especiais, excluindo-os do acesso a todos os apoios materiais e humanos adequados. O PCP é frontalmente contra a aposta num caminho de exclusão que negue as condições necessárias a uma Escola Pública Inclusiva para todos e o cumprimento dos seus direitos fundamentais.

Este ano letivo ficou marcado por situações inaceitáveis de negação de condições objetivas para o acesso e frequência destas crianças e jovens ao ensino em condições de igualdade, conforme consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, na Constituição da República Portuguesa, na Lei Anti Discriminação, na Declaração de Salamanca e na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ratificada em 2006 pelo estado português.

O PCP defende que todas as crianças e jovens, independentemente das suas características, origens e condições, devem aprender juntos, na escola pública das suas comunidades, segundo os princípios da democratização da educação e da igualdade de



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

oportunidades. Ao Estado cabe realizar os investimentos e garantir as condições que tornem efetivo esse direito.

Outras matérias relativas ao próximo ano letivo quanto à rede escolar e oferta formativa para o próximo ano letivo 2014/2015 exigem esclarecimentos urgentes pela importância que têm no funcionamento do sistema educativo.

Esta decisão de encerramento de escolas de 1º ciclo causa profunda preocupação e instabilidade junto das comunidades educativas que reconhecem como importante o funcionamento das escolas. Consideramos inaceitável o desmantelamento das funções sociais do Estado, em particular das escolas, com prejuízo sério para o processo pedagógico e condições de vida destas crianças.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer, com carácter de urgência, a audição do Sr. Ministro da Educação e Ciência sobre as matérias acima citadas.

Com os melhores cumprimentos,

A Deputada,



Rita Rato

N/Ref. nº 45535-0251INPA/14